

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA: ALTERAÇÕES NA CONDUÇÃO DE POLÍTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Arthur Osvaldo Colombo

Doutorando em Economia no Programa de Pós-graduação em Economia da Indústria e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: arthur_colombao@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1128-9140>

Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório

Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: sarahpatrocinio@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0795-0140>

Como citar este artigo: Colombo, A. O., & Sartório, S. G. P. (2022). Implementação das políticas neoliberais nas principais economias da América Latina: Alterações na condução de políticas e suas consequências. *Revista de Economia Mackenzie*, 19(1), 269–295. doi:10.5935/1808-2785/rem.v19n1p.269-295

Recebido em: 08/10/2021

Aprovado em: 11/03/2022



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional

Resumo

O presente artigo busca mostrar no que consistiam as políticas neoliberais presentes no Consenso de Washington e quais foram algumas das consequências de sua implementação pelas principais economias da América Latina, em especial, na década de 1990. Além disso, enfatiza-se que a implementação de tais políticas levou alguns países à desindustrialização. Sobre esse processo, demonstrou-se que, embora a desindustrialização tenha se apresentado de maneira geral em todas as nações latino-americanas, três tipos diferentes puderam ser identificados no Brasil, México e Chile. Cada uma dessas nações apresentou graus distintos de severidade com respeito aos impactos sofridos em suas respectivas indústrias de transformação.

Palavras-chave: Consenso de Washington; neoliberalismo; desindustrialização; crises de balanço de pagamentos; políticas recessivas.

Classificação *JEL*: B52; E42; E63; N16

INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi marcada por diversas crises de balanços de pagamentos nos países que adotaram as práticas definidas como ideais pela cartilha do Consenso de Washington. México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil e Argentina foram vítimas desse receituário pregado como panaceia por seus formuladores (Palma, 2006; Ocampo, 2004; Bertola; Ocampo, 2012; Bielschowsky; Silva; Vernengo, 2013). Tendo em vista esse contexto, este artigo apresenta como seus principais objetivos: i) identificar quais eram os principais pontos descritos como exemplos a serem seguidos por esse receituário; ii) apontar quais foram as consequências que a adoção dessas políticas trouxe para as principais economias da América Latina nos anos de 1990; e, por fim, entre os impactos observados, verificar como a desindustrialização precoce afetou de maneira distinta as economias de Brasil, México e Chile.

O trabalho parte da seguinte problemática: no que consistiam e quais foram os principais efeitos da implementação das políticas embasadas no Consenso de Washington para os países latino-americanos? A hipótese da qual este estudo parte é de que as políticas econômicas neoliberais descritas no receituário supramencionado não eram uma panaceia definitiva, principalmente para nações subdesenvolvidas como as latino-americanas (Cano, 2014).

Para cumprir os objetivos pretendidos, elaborou-se uma revisão bibliográfica e empírica que descreveu como foi a trajetória dos países que implementaram essas políticas de cunho neoliberal, especialmente nos anos de 1990.

Sendo assim, o artigo está estruturado em quatro seções: a primeira seção traz uma descrição sintética de quais eram os mecanismos apontados como “ótimos” pelo Consenso de Washington. Já a segunda seção elucida quais foram os principais impactos que a implementação dessas políticas trouxe para as maiores economias da América Latina. Por fim, a terceira seção enfatiza uma das consequências mais nefastas da aplicação de tais políticas: o processo de desindustrialização. Ao longo da última seção, sugere-se uma espécie de tipologia, ressaltando como o referido processo afetou de maneiras distintas países como o Brasil, o México e o Chile.

1

OS ANOS DE 1990 COMO UM PONTO DE INFLEXÃO: DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LIDERADOS PELO ESTADO PARA AS POLÍTICAS (NEO)LIBERAIS DO CONSENSO DE WASHINGTON

Sendo o desenvolvimento a palavra que norteia o projeto de modernização da América Latina nos anos de 1960-1970, é importante precaver-se, segundo Prebisch (2000, p. 75), contra as generalizações dogmáticas, haja vista que não há um único modelo de desenvolvimento que deva ser utilizado como referência exclusiva. Nesse sentido, cumpre destacar a experiência vivida no pós-Guerra, na qual houve um grande período de crescimento, sustentado principalmente pelo modelo de desenvolvimento econômico intervencionista inspirado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal):

A base desse modelo era um Estado altamente regulador, industrialização via substituição de importações, entre outras coisas. Apesar de ter gerado alguns desajustes econômicos, como aumento na concentração de renda, o modelo manteve, durante mais de 30 anos, um grande desempenho como nunca visto anteriormente. Segundo os dados da CEPAL, o PIB da região cresceu em média 5% ao ano, entre 1960-1981, no mesmo período o crescimento dos países industrializados foi em média 3,8% ao ano (Rodrigues, 2016, p. 20, grifo nosso).

Porém, alguns fatores ocorridos na década de 1970, como as duas escaladas do preço do petróleo, fizeram que a fase de crescimento experimentada pela América Latina cessasse. Desse modo, a busca pelo desenvolvimento ganhou por outros caminhos, e as economias latino-americanas precisaram se adequar às exigências do mercado mundial, uma vez que a política econômica norte-americana de dólar supervalorizado, enormes déficits orçamentários e nas contas de comércio colocaram a América Latina em uma grave situação em relação a sua dívida pública externa (Bielschowsky, 2000; Belluzzo, 2006).

Grande parte dos empréstimos feitos pelo regime militar brasileiro para a implantação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-II) foi obtida por meio de taxa de juros flutuante e prazos relativamente curtos. Em 1979, ocorreu o chamado “choque Volcker”, que mudaria exponencialmente a amortização e a rolagem da dívida. Paul Volcker, presidente do Banco Central norte-americano, ordenou uma abrupta elevação nas taxas de juros, saindo da média de 12,88% para 20,18% ao ano. Esse feito provocou alterações até mesmo na Libor londrina, que teve um salto de 12,27% para 18,03% ao ano. Com isso, a dívida externa brasileira aumentou de maneira substancial, o que somado ao segundo choque do petróleo provocou um período marcado pela hiperinflação e pelo ajuste externo (Bresser-Pereira, 2010, p. 170). Por esse motivo, a década de 1980 foi de grande instabilidade para a maioria dos países latino-americanos, considerada por muitos autores a “década perdida”.

Segundo Bresser-Pereira (1991, p. 7), a renda *per capita* caiu 10%; as taxas de inflação dispararam; os salários reais e os padrões de consumo foram reduzidos; as transferências reais aos países credores tornaram-se altamente positivas; e as poupanças do Estado foram fortemente reduzidas, de modo que se perdeu a “sua capacidade de investir e de promover política de longo prazo de forma a estimular os desenvolvimentos industrial, agrícola e tecnológico”. O “fracasso da ideologia desenvolvimentista montou o cenário para o ataque

neoliberal, deferido pelos regimes de Thatcher e Reagan, primeira-ministra britânica (1979-1990) e o presidente americano (1981-1989) da época, respectivamente (Wallerstein, 2009, p. 62). Sob a égide dos governos conservadores de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em 1989, uma mensagem neoliberal ecoou para o mundo: o Consenso de Washington.

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região (Batista, 1994, p. 5).

Nesse consenso, foi imposto o “ajuste estrutural” aos países latino-americanos, uma vez que estavam cercados por uma brutal elevação da taxa de juros internacional, que convertia suas elevadas dívidas externas em sugadoras dos seus excedentes econômicos, e, portanto, estavam fadados à estagnação e até mesmo ao retrocesso econômico-social (Santos, 2015, p. 84). Para Belluzzo (2006), foi esse ajustamento que levou os países da periferia a serem, literalmente, capturados pelo processo de globalização, de forma a executarem seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados. “É preciso entender que a regra básica das estabilizações com abertura financeira é a de criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização” (Belluzzo, 2006, p. 32). Isso porque “a política globalizadora e neoliberal redefine as empresas e os países com suas redes internacionais, intranacionais e transnacionais” (Casanova, 2006, p. 411).

Os órgãos multilaterais foram os grandes disseminadores do receituário neoliberal na América Latina, prestando papel de agentes “cobradores” dos Estados Unidos, fortalecendo e consolidando, assim, o poderio norte-americano na América (Rodrigues, 2016). Por exemplo, é possível perceber que, ao longo do tempo, os programas de estabilização propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) estavam sempre acompanhados de reformas que dirigiam a economia para a desregulamentação, para o Estado em tamanho mínimo e para o livre comércio. Todavia, a crise da dívida teve um efeito misto sobre o ajustamento da América Latina (Portella Filho, 1994, p. 212):

Se, por um lado, a crise tornou as reformas mais dolorosas, ela foi o principal elemento catalisador da mudança. O súbito racionamento de crédito inviabilizou o modelo de crescimento acelerado com endividamento que vinha sendo seguido por muitos países. Os países devedores tiveram que aceitar o tutelamento estrangeiro e implantar reformas neoliberais, em alguns casos por absoluta falta de opção. A influência do modelo de Washington, que já era grande no Cone Sul, espalhou-se por toda a América Latina durante os anos 90.

O neoliberalismo valorizava um modelo de inspiração neoclássica, no qual o Estado devia promover contas fiscais saneadas e inflação baixa, intervindo o mínimo possível na economia, e essa era a nova agenda que passava a ser adotada para os países latino-americanos (Cano, 2014).

Sob a invocação de *slogans* charmosos – globalização, transnacionalização – assume-se na América Latina, no discurso e na ação, a postura da dependência externa virtualmente total – algo que aparenta ser uma estranha proposta, sobretudo quando apresentada em nome da modernização. Entende-se, assim, que as propostas do Consenso de Washington deveriam ter sido objeto de repulsa imediata, pelo que significa de agravo ao amor-próprio nacional, uma vez que consistiam em: disciplina fiscal; mudanças das prioridades no gasto público; reforma tributária; liberalização financeira; liberalização do comércio; taxa de câmbio de acordo com as leis do mercado; fim das restrições aos investimentos estrangeiros; privatização das empresas estatais; desregulamentação das atividades econômicas; e garantia dos direitos de propriedade intelectual (Batista, 1994, pp. 10–18).

Segundo Rodrigues (2016), pode-se resumir, de forma prática, três premissas que nortearam as propostas de ajustamento da América Latina:

Primeiro, que os desajustes econômicos se originavam do excesso de demanda oriunda dos gastos do setor público. Segundo, com o objetivo de incentivar a volta dos empréstimos bancários as dívidas externas deveriam ser completamente pagas e, por fim, que a *liberalização da economia* não levaria a desequilíbrios econômicos e muito menos a aumentar o peso do ajustamento (Rodrigues, 2016, p. 30, grifo nosso).

Quanto à liberalização financeira, a recomendação é a alteração nas legislações para facilitar o acesso do capital estrangeiro à economia nacional. O

objetivo central disso é atrair poupança estrangeira por meio da igualação sem restrições entre o capital nacional e o estrangeiro, sem discriminação aos bancos estrangeiros e sem controle da movimentação de capitais. Sabe-se que, para os formuladores da agenda no Consenso de Washington, o Investimento Estrangeiro Direto (IDE) é uma ferramenta importante para complementar a poupança nacional e, por isso, deve-se liberalizar os mercados financeiros.

Já no âmbito da liberalização comercial, recomenda-se seguir pela via dos mercados sem barreiras à entrada de mercadorias estrangeiras e à redução das alíquotas de importação, o que estimularia a concorrência entre as nações e uma inserção competitiva no mercado mundial dos países latino-americanos. Para Soares (2001, p. 19), na realidade, esse modelo neoliberal de caráter monetarista:

[...] se reduz à implantação de políticas macroeconômicas que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos (para pagar a dívida externa e as importações) e controlar a inflação através de medidas recessivas. Por outro lado, a suposta integração na economia internacional através dessa liberalização pressupõe que a indústria nacional desses países não só não seria afetada como aumentaria a sua "competitividade" e sua "eficiência". Tudo isto seria produto apenas das "forças livres do mercado" e sem a interferência do Estado. É o que Bittar chama de a "industrialização espontânea".

Esse modelo de agenda para a América Latina alterou tanto a ordem social interna dos países quanto a autonomia estatal ante o exterior, pois houve um redesenho institucional muito grande da estratégia do crescimento interno: passou-se a postular as exportações como via de progresso; a estabilidade dos preços e orçamentos preencheu o lugar ocupado, anteriormente, pelas metas de geração de emprego. Havia uma crença de que, a longo prazo, os resultados seriam positivos. E, com isso, foi difundida, nas palavras de Ibarra (2011, p. 239),

[...] a tese esperançosa de que o jogo livre dos mercados fecharia a brecha do atraso, ao passar não somente pela abertura de fronteiras, como também pela estabilização de preços e contas públicas. Com algum simplismo, postulou-se que o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento [...].

Para Batista (1994, p. 10), a elaboração da agenda de políticas de ajustamento do Consenso de Washington foi economicista no seu “diagnóstico”, tanto dos problemas políticos quanto dos sociais, pois fica implícita a subordinação do âmbito político ao econômico, ainda que tal Consenso tenha a democracia e a economia de mercado como objetivos que se complementam. Essa subordinação deixou de lado questões primordiais para o real desenvolvimento da América Latina, como educação, saúde, distribuição de renda; e isso ocorreu não porque a agenda de Washington entende essas questões sociais como algo a ser trabalhado em uma segunda etapa, mas, sim, por sustentar que as reformas sociais viriam de uma forma natural com a liberalização da economia. Portella Filho (1994) afirma haver lacunas graves no diagnóstico feito sobre os problemas latino-americanos, pois foi atribuída pouca importância aos choques econômicos e ao problema das dívidas externas:

Os programas de ajustamento foram elaborados partindo aparentemente do pressuposto de que a crise da dívida externa se originara basicamente de erros de política econômica cometidos pelos países devedores. [...] Segundo o Consenso de Washington, as raízes dos problemas latino-americanos estavam na estratégia de desenvolvimento adotada no período de pós-guerra, baseada no modelo de industrialização via substituição de importações. Essa estratégia teria resultado em um padrão de crescimento introvertido e em más alocações de recursos. [...] *Dessa maneira, os doutrinadores de Washington não só esqueceram de atribuir o devido peso aos fatores externos, como fizeram um diagnóstico impreciso dos problemas econômicos locais.* Uma revisão menos dogmática dos fatores causais da crise financeira de 1982 teria apontado tanto fatores externos como fatores internos. Hoje parece haver pouca dúvida de que a América Latina foi atingida por violentos choques externos durante os anos setenta e início dos anos oitenta, choques esses que foram amplificados por erros de política econômica dos governos locais (Portella Filho, 1994, p. 207, grifo nosso).

É preciso ressaltar que a dependência do capital externo é uma característica comum dos países da América Latina, apesar da grande heterogeneidade das economias que a compõem. Essa dependência culmina, em desequilíbrios, surtos e choques externos, mas, como os países necessitam desse capital externo para saldar os desequilíbrios, esse processo se torna um círculo vicioso na economia. Além disso, como já mencionado, os capitais que

[...] ingressam nas economias latino-americanas são, em sua grande maioria, de transações especulativas, ou seja, buscam oportunidades de alta rentabilidade em um curto espaço de tempo, isto é, por sua própria natureza não são capazes de financiar o desenvolvimento a longo prazo (Rodrigues, 2016, p., grifo nosso).

Quadro 1

Resumo da inflexão com a adoção das políticas baseadas no Consenso de Washington (1970-1990)

Período	Objetivos centrais	Métodos
Até 1970	<ul style="list-style-type: none">• Inindustrialização liderada pelo Estado.• Modernização da estrutura produtiva.	<ul style="list-style-type: none">• Protecionismo.• Processo de substituição de importações.• Criação de um parque industrial diversificado.
Anos 1990	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição drástica do tamanho e intervenção estatal.• Estabilização da balança de pagamentos.	<ul style="list-style-type: none">• Políticas macroeconômicas austeras.• Privatizações.• Aberturas comerciais e financeiras.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Ocampo (2004) e Bertola e Ocampo (2012).

O Quadro 1 resume quais foram as principais mudanças de medidas políticas e econômicas que os países latino-americanos tiveram com o abandono do ideário desenvolvimentista e a implementação das políticas, ancorados no Consenso de Washington. A próxima seção trará, de forma sintética, quais foram as principais consequências da adoção dessas políticas para algumas nações da América Latina.

2

CONSEQUÊNCIAS GERADAS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL NAS PRINCIPAIS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

A partir de 1990, surgem muitos questionamentos relacionados aos desdobramentos da agenda neoliberal recomendada pelo Consenso de Washington

à América Latina. A intenção desses questionamentos era avaliar se o modelo econômico recomendado pelo Consenso trouxe um ajustamento real para a economia dos países latino-americanos. Como exposto anteriormente, houve uma expectativa muito grande quanto às políticas neoliberais, acreditando que elas retomariam o crescimento econômico com estabilidade de preços e modernização do parque produtivo e da infraestrutura.

Mas o contexto internacional era bastante adverso, sobretudo em virtude da grande instabilidade dos mercados financeiros, vinculada a frenética especulação com títulos, moedas e ações decorrentes da desregulamentação generalizada das economias nacionais e a formação de mercados globais de valores. Muitos Estados nacionais se viram cada vez mais impotentes ante esses fluxos e “forçados” a submeterem-se aos ditames do capital financeiro (Corsi, 2010, p. 27).

Não importa se um determinado país tem a economia baseada na exportação de bens agrícolas ou se conta com a forte presença do setor secundário em sua estrutura produtiva. Todos são tratados de forma similar, já que a suposta origem de todos os problemas sempre seria a mesma: “Estado obsoleto”; “falta de competitividade”; “inflação” etc. (Pires, 2006).

A utopia neoliberal exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios ao mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação. Crítica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes. Assim se articulam as teses e se prepara o salto à ideia de que os mercados constituem o miolo de um sistema social ideal, automático, o qual garante o bem-estar e a prosperidade (Ibarra, 2011, p. 239).

Deve-se, contudo, trabalhar com a aceitação da realidade da América Latina, e não buscar copiar modelos fora no universo latino-americano, pois só assim se fará valer os interesses da região no plano internacional, cada país a sua maneira.

Mas o que fica é a amarga impressão de que a América Latina possa haver se convertido, com anuência das suas elites, em um laboratório, onde a burocracia internacional, baseada em Washington, busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração. Sabe-se, entretanto, que fora os Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais quem fizera valer os seus interesses (Batista, 1994, p. 6, grifo nosso).

Embora a mensagem do Consenso de Washington tenha sido absorvida por grande parte das elites latino-americanas como sinônimo de modernidade, na prática, tal mensagem significou um consenso de conveniência de prosseguir-se sem esmorecimento por um caminho já aberto no século passado, tal como um restabelecimento do “pacto colonial”, ou mesmo semelhante aos tratados de 1810, assinados entre Portugal e Inglaterra, em que o primeiro se comprometia a instituir privilégios ao comércio britânico nas áreas coloniais sob seu controle. Essa analogia pode ser feita porque, apesar de as políticas neoliberais se mostrarem opostas aos interesses das massas latino-americanas, as elites da América Latina aceitaram as ideias com poucas ressalvas (Pires, 2006).

Ao longo dos anos 1990, os mercados financeiros dos países da América Latina atraíram volumosos IDE, os quais assumiram as formas de participações acionárias em intermediários financeiros locais e de instalação de novas sucursais, ou mesmo em subsidiárias de controle integral de instituições financeiras estrangeiras. Em termos concretos, o que se tem observado é que esse tipo de investimento em países periféricos, como os da América Latina, é mesmo voltado para compra de estatais e para processos de fusões e aquisições, o que, segundo Paineira e Carcanholo (2002, p. 6),

Tanto um quanto outro, em si, não representam acréscimo significativo de capacidade produtiva, implicando apenas em [sic] transferência patrimonial. Em suma, eles não representam acréscimo na capacidade do país em gerar recursos (riqueza) que permitam saldar seus haveres externos, ou seja, o passivo externo do país.

A flexibilização das restrições foi uma importante medida de liberalização financeira para a estabilidade monetária da América Latina, tendo em vista

que, na década de 1980 e em meados de 1990, os países latino-americanos apresentavam altas taxas de inflação. Em contraste com os anos de 1980, no fim dos anos de 1990, a taxa anual de inflação se contraiu de três dígitos para um dígito na maioria das nações. Para Salama (2000, p. 19), estamos frente a um paradoxo:

[...] por um lado, a liberalização financeira impõe uma relação mais ou menos estável da moeda vis-à-vis ao dólar e a entrada maciça de capitais tende a apreciar a taxa de câmbio real, já bem valorizada pela redução da inflação; por outro lado, a apreciação da taxa de câmbio real em relação ao dólar freia o aumento das exportações e estimula as importações, quanto mais o comércio for diversificado geograficamente (Brasil, Argentina) e o dólar se valoriza em relação às outras divisas-chave. [...] O déficit em conta corrente cresce fortemente, não somente porque o saldo da balança comercial torna-se profundamente negativo, mas também porque aumentam significativamente as despesas com turismo, com envio dos lucros e dividendos das multinacionais, com pagamento de royalties, cuja progressão acompanha a internacionalização crescente do capital e as despesas ligadas ao serviço da dívida externa.

Quadro 2

Resumo das consequências geradas com a implementação das políticas do Consenso de Washington¹

Políticas econômicas implementadas e reformas intuicionais

- Taxa de juros reais elevada.
- Taxa de câmbio sobrevalorizada.
- Obtenção de divisas com caráter especulativo (via conta capital e financeira), e por fusões e aquisições de estatais já existentes.
- Inflação controlada, principalmente em decorrência da entrada de divisas com caráter volátil, que ancoravam artificialmente a taxa de câmbio.
- Desindustrialização prematura².

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bielschowsky (2000), Ocampo (2004) e Bertola e Ocampo (2012).

1 Na próxima seção, serão apresentados dados que corroboram as informações contidas no Quadro 2.

2 Esse tópico será tratado com maior grau de detalhamento na próxima seção.

Sinteticamente, o Quadro 2 descreve como a implementação das políticas do Consenso de Washington ditou o ritmo de diversas variáveis de extrema importância e, na seção a seguir, ressaltaremos como as políticas contribuíram para o início do processo de desindustrialização precoce em vários países latino-americanos e descreveremos os dados dessas políticas.

3

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE O ENFRAQUECIMENTO INDUSTRIAL DA AMÉRICA LATINA (1990-2000)

Entre as consequências da implementação das políticas neoliberais para nações latino-americanas, é possível citar a desindustrialização. Um indicador tradicional desse processo encontrado na literatura é a diminuição da participação da indústria de transformação no valor adicionado no emprego, ou seja, a porcentagem do emprego – de um determinado país – advindo da indústria de transformação é decrescente ao longo do tempo (Rowthorn & Ramaswamy, 1999). Na Tabela 1, estão descritos esses dados para as principais economias da América Latina.

Tabela 1

Participação do setor manufatureiro no emprego total, 1970-2000 (%)

Países	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000
América Latina e Caribe	15,5	15,5	15,4	14,3	15,3	14,4	13,2
Argentina	23,5	21,6	21,4	18,4	17,8	14,9	12,2
Brasil	13,3	13,3	12,7	13,9	14,7	13,0	12,0
Chile	20,1	20,7	17,3	13,8	17,5	16,3	13,1
México	18,0	18,8	19,9	19,2	20,0	17,7	19,6

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Peres et al. (2018, p. 8).

Como é observado entre os anos de 1990 e 2000, cujo valores estão destacados em vermelho, é possível notar uma queda na participação generalizada no setor manufatureiro. América Latina e Caribe passam de 15,3% para 13,2% no período da implementação das políticas neoliberais. Analisando os países separadamente, os dados apresentam uma direção similar: Argentina demonstra uma elevada queda de 17,8% para 12,2%; Brasil de 14,7% para 12,0%; Chile também mostra uma elevada queda de 17,5% para 13,1%; e, por fim, o México mantém-se relativamente constante, apresentando uma leve queda de 20,0% para 19,6%.

Outro indicador tradicional que aponta um sinal de desindustrialização é a diminuição no decorrer do tempo do valor adicionado no produto interno bruto (PIB) de um determinado país advindo da indústria de transformação. A Tabela 2 indica esses dados para as principais economias da América Latina:

Tabela 2

Participação da indústria de transformação no PIB

Países	1980	1990	2000
Argentina	27,0	22,5	19,6
Brasil	29,0	26,8	23,1
Chile	20,9	18,5	15,3
México	18,5	19,0	20,8

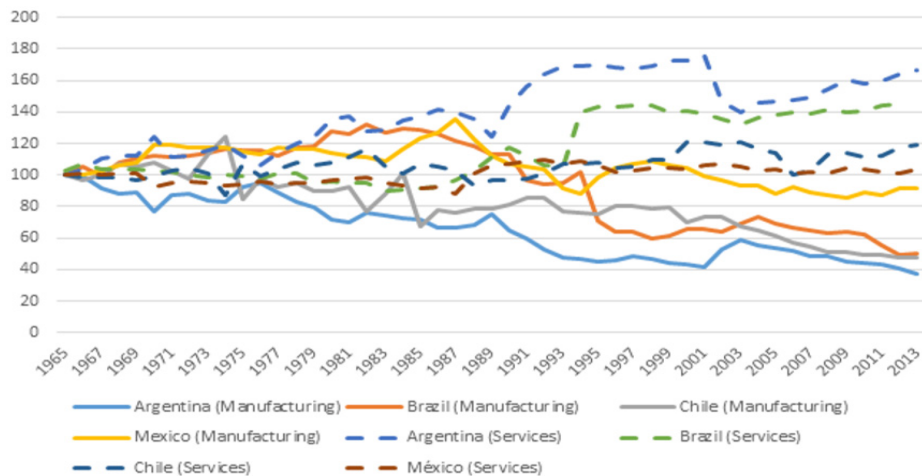
Fonte: Elaborada pelos autores com base em Sarti e Hiratuka (2010, p. 22).

Ao observar os dados, nota-se um movimento parecido ao que foi relatado em relação ao emprego. A Argentina tinha 22,5% de seu PIB originado na indústria, já em 2000, o valor é de 19,6%. No mesmo período, o Brasil apresenta um decréscimo de 26,8% para 23,1%; e o Chile, de 18,5% para 15,3%. Já o México se difere dos demais, com um aumento de 19,0% para 20,8%.

O Gráfico 1 mostra a evolução desse indicador para os principais países da América Latina por meio de um número índice em que 100 é representado pelo ano de 1965 e compara a evolução do setor manufatureiro com o de serviços.

Gráfico 1

Indústria e serviços – valor agregado (% PIB) dos países latino-americanos



Fonte: Martins (2016, p. 38).

Nota: Dados do *World Development Indicators*, World Bank.

O Gráfico 1 enfatiza a evolução da participação dos setores de manufatura e serviços como proporção do PIB nos países latino-americanos. Utilizando o ano de 1965 como referência (100), observa-se que, a partir de 1980, Argentina, Brasil e Chile apresentam abruptas quedas no indicador do valor agregado industrial, ao passo que o valor agregado do setor de serviços aumenta substancialmente. Esse movimento representa um caso clássico de desindustrialização prematura³. O México também apresenta a mesma direção na evolução das variáveis, porém com uma intensidade muito menor. Como analisam Peres et al. (2018, p. 9),

3 É importante verificar em que momento do desenvolvimento de um país esse processo começa a ocorrer. A literatura, de maneira geral, define esse processo como sendo natural em uma economia desenvolvida, ou seja, em um país no qual o nível de renda *per capita* já tenha atingido um patamar considerado alto, e seria normal, com o tempo, que a elasticidade de renda da demanda por produtos industrializados diminua e, como consequência direta, uma queda da demanda por produtos industriais seja observada. No entanto, quando o processo tem início em um momento no qual a renda *per capita* do país ainda se encontra em um nível abaixo do encontrado em economias denominadas desenvolvidas, ou mesmo quando a produtividade ainda é considerada baixa, o processo é encarado como precoce e apresenta característica de negativo (Tregenna, 2009).

[...] uma interpretação plausível é que ao se abrirem ao comércio internacional, os países em desenvolvimento foram atingidos por um golpe duplo. Primeiro: aqueles sem sólida vantagem comparativa no setor de manufaturados se tornaram importadores líquidos desses bens, revertendo um longo processo de substituição de importações. Segundo: devido à exposição às tendências de preços relativos originadas nos países avançados, os países em desenvolvimento teriam “importado” a desindustrialização desses países, uma vez que a queda nos preços relativos das manufaturas nos países avançados comprimiu o preço ao redor do globo, mesmo naqueles países que ainda não haviam experimentado elevado progresso tecnológico. Nesse sentido, os principais beneficiários da globalização teriam sido os países asiáticos, ao passo que os efeitos adversos teriam sido experimentados principalmente na América Latina.

O arcabouço neoliberal composto de um receituário econômico neoclássico enfraqueceu a indústria de transformação dos países latino-americanos. As políticas macroeconômicas de juros elevados, o câmbio demasiadamente valorizado e as restrições fiscais juntamente com a abertura comercial e financeira, que foram feitas sem qualquer tipo de controle, foram determinantes para que essas nações sofressem um processo de desindustrialização. Como bem observa Carneiro (2008, p. 32), que analisa a indústria brasileira da seguinte forma:

O quadro de fraco desempenho da indústria brasileira, após os anos 1990, encontra explicação no perfil de política econômica liberal posto em prática no país após essa década. No bojo dessa política uma variável crucial à qual se atribuiu um papel associado essencialmente à estabilização de preços foi a taxa de câmbio. Do uso recorrente da taxa de câmbio como instrumento de estabilização, e dos ciclos de liquidez internacional, decorreu um perfil de flutuação cíclica acentuado da taxa de câmbio real bem como episódios recorrentes de forte apreciação.

Esse emaranhado de ações “anti-industriais” diminuiu o dinamismo da indústria nacional e contribuiu de forma enfática para o processo de desindustrialização precoce (Carneiro, 2008). A Tabela 3 descreve a variação da taxa real de câmbio nos países da América Latina na década de 1990:

Tabela 3

Taxa real de câmbio dos principais países da América Latina (1995=100)

Países	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
América Latina	105,6	104,9	102,9	100	97	93,4	94	98,4
Argentina	103,5	95,4	94,6	100	101,9	98,6	95,7	89,1
Brasil	117,0	112,3	112,4	100	94	93,4	98,4	148,1
Chile	109,1	110,9	107,1	100	97	91	94,5	99,4
México	69,2	65,9	67,7	100	89,1	89,1	82,3	75,5

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Medeiros (2005, p. 476).

Por meio da Tabela 3 é possível notar que, de maneira geral, durante os anos 1990, houve uma tendência de apreciação da taxa real de câmbio. Com exceção do Brasil, no fim desse período, justamente porque passou por uma crise cambial entre 1998 e 1999 (o que desvalorizou sua taxa real de câmbio), todos os outros países apresentaram, em 1999, uma taxa real de câmbio mais apreciada do que o ano base de 1995. Esse movimento durante os anos 1990 é fruto da implementação das políticas neoliberais, que, no campo econômico, prezam pela estabilidade monetária, o que em muitos momentos demanda a prática de taxa real de juros elevada, como é apresentado a seguir:

Tabela 4

Taxa real de juros dos principais países latino-americanos

Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	3,1	5,7	14	10,3	8,7	8,7	12,4
Brasil	157,6	-0,4	18,7	27,5	38,2	50,8	49,1
Chile	8,1	6,4	7,9	8,1	8	18,4	8,3
México	11,2	12,5	19,3	1,3	3,1	11,1	7,9

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Medeiros (2005, p. 477).

De modo geral, percebe-se que todos os países da América Latina apresentaram taxas reais de juros elevadas na década de 1990. Com exceção do

México, todos mostraram, em 1999, taxas reais de juros substancialmente maiores que em 1994, com destaque para o Brasil, que demonstrava uma taxa real de câmbio em 1999 cerca de 2,62 vezes maior do que em 1995. Essas elevadas taxas reais de juros tiveram ao menos dois impactos negativos sobre as economias da região:

Primeiramente, ampliaram os déficits fiscais, já que aumentavam a quantia que os governos tinham que pagar em juros. Esse problema foi especialmente sério para os países que tinham grande dívida interna, resultante de déficits anteriores. Em segundo lugar, as elevadas taxas de juros internas tiveram efeito negativo sobre o investimento – especialmente com relação às pequenas empresas, já que as grandes têm acesso a mercados de crédito internacionais – e, portanto, sobre a expansão da produção e do nível de emprego. Isso aumentou ainda mais os déficits fiscais, uma vez que um nível baixo de crescimento reduz as receitas tributárias e aumenta os pagamentos de transferências do governo (Cepal, 2002, p. 67).

Com o que foi exposto até aqui, é razoável denotar que as políticas neoliberais implementadas de maneira ampla pelos países latino-americanos contribuíram para que o processo de desindustrialização precoce se instaurasse na região. Contudo, existem algumas diferenças entre os países, que serão abordadas na próxima subseção.

■ 3.1 Três “formatos” distintos de desindustrialização

3.1.1 *Brasil: A resposta defensiva*

Entre os países analisados, a indústria de transformação que sofreu a menor transformação de caráter estrutural foi a brasileira. Como o Gráfico 2 sugere, houve um aumento das importações por parte da indústria de transformação do Brasil. Esse movimento ocorreu devido à rápida abertura comercial e financeira em conjunto com políticas macroeconômicas que buscavam quase totalmente a estabilização de preços. A saída encontrada pelas unidades industriais brasileiras foi a substituição de produtos que anteriormente eram produzidos em elos nacionais pelos importados. Tal movimento pode ser caracterizado por desindustrialização relativa (Sampaio, 2015). No entanto, passava relativamente longe da indústria a possibilidade de perder em competitividade física e de ser obrigada a encerrar as suas atividades.

Uma vez que o coeficiente de penetração das importações mostra a participação dos produtos importados no consumo aparente (a soma do valor da produção destinada ao mercado doméstico e das importações), quanto maior esse dado, maior é a participação de importados no mercado interno, e pode ser usado como *proxy* para explicar esse movimento (Confederação Nacional da Indústria [CNI], 2016). O coeficiente de penetração das importações do setor k é definido como:

$$CPI_k = \frac{M_k}{(Y_k + M_k - X_k)} \quad (1)$$

Em que:

M_k é o valor de importações de produtos pelo setor k ;

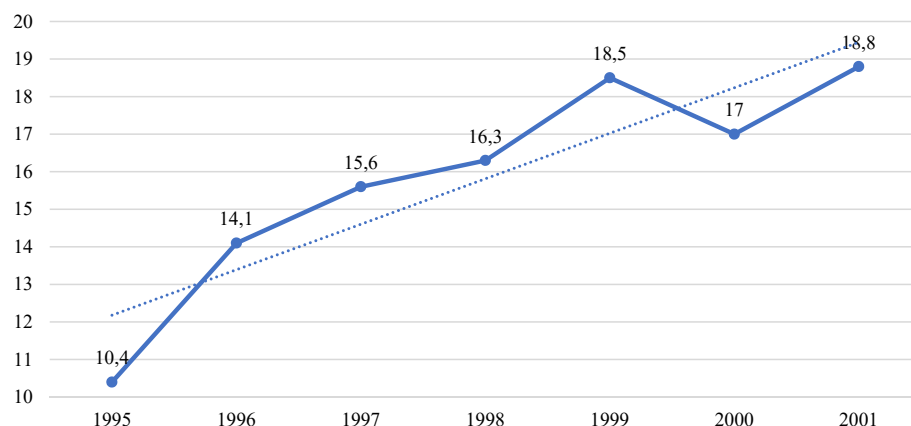
Y_k é o valor da produção do setor k ;

X_k é o valor das exportações do setor k ;

$Y_k + M_k - X_k$ é o valor do consumo aparente do setor k .

Gráfico 2

Coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação brasileira (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Gomes e Cruz (2019, p. 53).

Como é possível observar, em 1995, o indicador se apresentava com o valor de 10,4%, chegando a 18,5% em 1999, e alcançando uma nova alta de 18,8% em 2001. Pode-se intuir que as unidades industriais brasileiras usaram uma estratégia defensiva para continuar com suas atividades, porém é preciso ressaltar que tal método pode gerar uma certa pressão na balança de pagamentos ao aumentar a necessidade de importações, e acarreta uma diminuição da possibilidade de geração de emprego e renda no país.

3.1.2 México: Desindustrialização e reindustrialização por maquilas

Anteriormente, quando foram demonstrados os indicadores tradicionais, o México se destacou por apresentar uma trajetória distinta, passando a falsa impressão de que a nação mexicana teria sido a menos afetada por uma possível desindustrialização, ou mesmo que o processo não tivesse ocorrido. Entretanto, o que ocorreu, de fato, foi que o país se desindustrializou e reindustrializou-se via formato de indústria maquiladora:

Do ponto de vista etimológico, o termo “maquila”, de origem árabe, refere-se à porção de farinha que pertencia ao dono do moinho em que fora moída. Tratava-se, portanto, de uma atividade na qual o proprietário da matéria-prima contratava uma empresa para, utilizando-se de suas instalações e força de trabalho, realizar o processo produtivo. Na contemporaneidade, trata-se de empresas que importam matérias-primas, componentes e maquinaria para processá-los ou montá-los em outro país onde o custo de produção seja mais baixo, para, então, reexportá-lo (Silva & Salomão, 2018, p. 122).

Com o surgimento do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement [Nafta]), em 1994, as unidades industriais mexicanas, que tinham a ideia de “*hacia dentro*” para fortalecer seu mercado manufatureiro interno, sofreram um forte ponto de inflexão em seu modelo de produção, transformando-se em maquilas. Esse é um molde de produção no qual a maioria das peças, insumos e acessórios utilizados pela indústria de transformação é obtida via importações e o destino do produto industrial finalizado é a exportação. Como observam Silva e Salomão (2018):

Após a adesão do México ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1993, a indústria maquiladora experimentou um novo crescimento de seu fluxo comercial, tornando clara a dependência de sua viabilidade da demanda norte-americana. De forma geral, foram três os resultados diretamente ligados à assinatura do acordo arrolados por Mendiola (1999): (1) abertura completa do mercado mexicano aos produtos das maquiladoras, que até então eram limitados à exportação; (2) aumento do número de empresas asiáticas sob o regime do Programa Maquilador com vistas ao acesso ao mercado dos Estados Unidos; (3) transferência maciça de empresas do ramo têxtil da China para o México. Este terceiro fator se deveu ao fim do convênio que impunha cotas de importações de produtos mexicanos para os Estados Unidos, fazendo com que o México se tornasse o maior exportador de vestuário para o vizinho ao norte. A proposta do NAFTA previa a eliminação gradual de praticamente todas as barreiras tarifárias existentes entre os três países signatários, permitindo que as empresas maquiladoras operassem sob as mesmas condições que as concorrentes estrangeiras em toda a América do Norte. Vislumbrava-se ainda que, a partir de 2001, todas as indústrias passariam gozar de isenção de impostos de exportação (sob o valor agregado) e importação (para insumos) (Silva & Salomão, 2018, pp. 122–123, grifo nosso).

Como se pode notar por meio dos dados relacionados ao emprego e PIB manufatureiros do México, seria possível intuir que a reindustrialização mexicana foi um sucesso e, dentre os países da América Latina, foi o menos impactado com o processo de desindustrialização. Contudo, isso não passou de uma espécie de “cortina de fumaça”, pois, embora a nação mexicana apresente números expressivos no quesito exportação de manufaturados, existe uma dependência fortíssima de seu principal fornecedor: os Estados Unidos. Ou seja, o que deve ser enfatizado é que o valor adicionado em solo mexicano é expressivamente pequeno e a endogeneização do progresso técnico (peça fundamental para o desenvolvimento econômico) é praticamente nula, já que as unidades industriais têm acesso apenas aos estágios de montagem do produto.

3.1.3 O caso chileno (desindustrialização agressiva)

É necessário ressaltar que o caso chileno de implementação do ideário neoliberal foi o mais drástico, de maior magnitude, pioneiro e longínquo (desde os anos 1970) dentre as principais economias da América Latina. Apenas para

exemplificar, em 1973, 45% do PIB chileno provinha de indústrias nacionais e, em 1978, esse valor já era 25%. Ocorreu uma promoção das exportações por parte do Estado chileno, liderada por produtos de baixo valor agregado, como pescado, madeira, frutas e minérios (Mamigonian, 1999). Nesse contexto, não há como não afirmar que a indústria de transformação chilena tendia a um fim extremamente precoce.

O governo militar chileno ao lado dos estímulos às exportações primárias, ao sistema *draw-back* etc., foi diminuindo progressivamente as tarifas de importação a pretexto de combater a inflação [...] fixando-a em 10% [...] permitindo uma avalanche de importações de têxteis, eletrodomésticos etc. desmantelando o parque industrial nacional (Mamigonian, 1999, p. 146, grifo nosso).

Em 1985, a título de exemplo, a produção de fios de algodão da indústria chilena representava apenas 31% do que já havia produzido em 1971. O parque industrial chileno foi destruído já nos anos 1970. No entanto, o aumento gigantesco do setor primário com as políticas neoliberais mais marcantes e utilização de taxa real de juros elevada e câmbio sobrevalorizado trouxeram um relativo equilíbrio para a economia. Pode-se afirmar que, dentre as principais economias latino-americanas, o Chile foi a apresentou a desindustrialização mais severa (Mamigonian, 1999).

Em outras palavras, ao contrário do que recomenda o novo desenvolvimentismo, em vez de neutralizar o que é conhecido na literatura como doença holandesa, o Chile realizou manobras que representam exatamente o contrário, especializando-se na produção de *commodities* (Bresser-Pereira, 2018). Apesar de alguns economistas, principalmente inspirados no ideário neoclássico da escola de Chicago, enaltecerem tal manobra ao apontarem que a economia chilena nada mais fez que alocar os recursos nas atividades mais eficientes, autores como Coutinho (1997) enfatizam que tal processo é extremamente danoso para economia a longo prazo, criando infundáveis crises de balanço de pagamentos, nomeando o processo de especialização regressiva da pauta exportadora. O Quadro 3 resume como o processo de desindustrialização teve diferentes nuances nos três países:

Quadro 3

Resumo das características específicas dos países em relação à desindustrialização

País	Formato	Consequências
Brasil	Relativa	<ul style="list-style-type: none">• Substituição de parte da produção industrial por importações.• Elos importantes dentro das cadeias produtivas foram rompidos, mas as unidades industriais seguiram produzindo, apesar de gerar montantes menores de emprego e renda.
México	Maquiladora	<ul style="list-style-type: none">• Destruição dos elos internos das cadeias produtivas industriais em larga magnitude.• Substituição quase total de peças, insumos e acessórios industriais nacionais pelos importados.• Unidades industriais nacionais geram pouquíssimo valor adicionado.• Endogeneização baixa de progresso técnico.
Chile	Agressiva	<ul style="list-style-type: none">• Indústria de transformação praticamente abandonada pelas políticas públicas.• Foco para obtenção de divisas passou a ser por meio da produção de <i>commodities</i>.• Agravamento de doença holandesa e especialização regressiva da pauta exportadora.• Alta necessidade da importação de produtos industrializados em praticamente todos os segmentos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em vários textos.

CONCLUSÃO

Muitos autores classificam os anos 1980 como a década perdida devido às péssimas condições que a crise da dívida externa causou para os países da América Latina. No entanto, também é preciso enfatizar que os anos 1990 foram marcados por diversas dificuldades e crises de balanços de pagamentos, como a da “tequila” no México, em 1994, Tigres Asiáticos em 1997, Rússia em 1998, Brasil em 1999, e Argentina entre 2000 e 2001.

É necessário ressaltar que boa parte dessas crises foi causada justamente pelos receituários político-econômicos descritos no Consenso de Washington. Um ponto de inflexão pode ser destacado ao observar que a maioria das nações latino-americanas (especialmente Brasil e México), que seguiam em uma direção de industrialização liderada pelo Estado até os anos 1970, buscando modernizar suas estruturas produtivas, cedeu espaço para um novo paradigma político e econômico, que vigorou com maior força principalmente a partir de 1990. Essa nova ideia indicou a diminuição do tamanho do Estado

e políticas macroeconômicas “austeras”, que visavam quase exclusivamente à estabilidade de preços, marcando uma década de juros reais elevados e taxa de câmbio sobrevalorizada e, institucionalmente, um amplo processo de privatizações.

Por fim, percebe-se que as políticas citadas anteriormente levaram a maioria dos países latino-americanos a iniciarem ou agravarem respectivos processos precoces de desindustrialização. Como constatado, não foi algo homogêneo, dadas as diferenças de cada nação e das próprias indústrias de transformação que cada país detinha na época. Conclui-se que a década de 1990 pode ser marcada como aquela em que o desenvolvimento econômico liderado pelo Estado foi abandonado pelas principais economias da América Latina, se é que existia algum resquício após os anos 1980.

IMPLEMENTATION OF NEOLIBERAL POLICIES IN THE MAIN ECONOMIES OF LATIN AMERICA: CHANGES IN THE CONDUCT OF POLICIES AND THEIR CONSEQUENCES

Abstract

The present article sought to show what the neoliberal policies present in the Washington Consensus consisted of and what were some of the consequences of their implementation by the main Latin American economies, especially in the 1990s. In addition, it is emphasized that the implementation of such policies led some countries to deindustrialization. Regarding this process, it was shown that, although deindustrialization has been presented in a general way in all Latin American nations, three different types could be identified in Brazil, Mexico and Chile. Each of these nations presented different degrees of severity with respect to the impacts suffered in their respective manufacturing industries.

Keywords: Washington Consensus; neoliberalism; deindustrialization; balance of payments crises; recessive policies.

- *Implementação das políticas neoliberais nas principais economias da América Latina: Alterações na condução de políticas e suas consequências*, Arthur Osvaldo Colombo, Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório

Referências

- Batista, P. N. (1994). O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *PEDEX – Programa Educativo Dívida Externa*, (6).
- Belluzzo, L. G. (2006). As transformações da economia capitalista no pós-Guerra e a ordem dos desequilíbrios globais. In R. Carneiro, *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula* (pp. 24–41). Editora Unesp.
- Bertola, L., & Ocampo, J. A. (2012). *The economic development of Latin America since independence (initiative for policy dialogue)*. Oxford University Press.
- Bielschowsky, R. (2000). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In R. Bielschowsky (Org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (Vol. 1, pp. 13–68, Trad. Vera Ribeiro). Cepal; Cofecon; Record.
- Bielschowsky, R., Silva, C. S., & Vernengo, M. J. (2013). Visão de conjunto. In R. Bielschowsky (Coord.), *Padrões de desenvolvimento na América Latina, Ásia e Rússia* (pp. 21–78). CGEE.
- Bresser-Pereira, L. C. (1991). A crise na América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21(1), 3–24. https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_a_crise_da_america_latina_consenso_de_washington_ou_crise_fiscal.pdf
- Bresser-Pereira, L. C. (2010). A descoberta da inflação inercial. *Revista de Economia Contemporânea*, 14(1), 167–192. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000100008>
- Bresser-Pereira, L. C. (2018). *Em busca do Desenvolvimento Perdido*. FGV Editora.
- Cano, W. (2014). (Des)Industrialização e (sub)desenvolvimento. *Cadernos do Desenvolvimento do Centro Celso Furtado*, 9(15), 139–174. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/118/122>
- Carneiro, R. (2008). Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. *Textos para discussão IE/Unicamp*, 153.
- Casanova, P. G. (2006). Colonialismo interno (uma redefinição). In A. Boron, J. Amadeo, & S. González (Ed.). *A Teoria Marxista hoje: Problemas e Perspectivas*. Clacso.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) (2002). *Globalização e desenvolvimento*. CEPAL. http://archivo.cepal.org/pdfs/2002/S2002_022.pdf
- Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2016). *Coeficientes de abertura comercial (Metodologia)*. CNI. <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/coeficientes-de-abertura-comercial/>
- Corsi, F. L. (2010). *Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento na América Latina*. XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, Lisboa. <http://www.gbd.sasd.ibilce.unesp.br/PortalPROPE/unesp/ffc/dcpe/francisco-luiz-corsi/informacoes/>

- Coutinho, L. C. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In J. P. R. Velloso, *Brasil: Desafios de um país em transformação* (1. ed., pp. 81–106).
- Gomes, G., & Cruz, C. A. S. da (2019). *Vinte Anos de Economia Brasileira*. Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI. <https://www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/vinte-e-cinco-ano-de-economia-brasileira-1995-2020/>
- Ibarra, D. (2011). O Neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, 31(2), 238–248. <https://www.scielo.br/rj/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?format=pdf&lang=pt>
- Mamigonian, A. (1999). América Latina e a economia Mundial: notas sobre o caso chileno, brasileiro e mexicano. *Geosul*, 14(28), 139–151. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15026/13701>
- Martins Neto, A. S. (2016). Desindustrialização Prematura na América Latina? Uma breve análise. *FIPE*, 34–43. <http://downloads.fipe.org.br/content/downloads/publicacoes/bif/bif426-19-25.pdf>
- Medeiros, C. A. (2005). Liberalização comercial e financeira e seus efeitos sobre crescimento, emprego e distribuição de renda nos países latino-americanos. *Revista de Economia Contemporânea*, 9(3), 455–483. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482005000300001>
- Ocampo, J. A. (2004). Latin America's growth and equity frustrations during structural reforms. *Journal of Economic Perspectives*, 18(2), 67–88. <https://doi.org/10.1257/0895330041371349>
- Painceira, J. P., & Carcanholo, M. D. (2002). *Abertura financeira e vulnerabilidade externa na América Latina: Os impactos sobre Brasil, México e Argentina na década de 90*. 7º Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba. <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2672/1/594971.pdf>
- Palma, J. G. (2006). The 'three routes' to financial crisis: Chile, Mexico and Argentina [1]; Brazil [2]; and Korea, Malaysia and Thailand [3]. In H.-J. Chang (Ed.), *Rethinking development economics* (pp. 347–376). Anthem Press.
- Peres, S. C. et al. (2018). *Uma investigação sobre os determinantes da desindustrialização: teorias e evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento*. XXI Encontro de Economia da Região Sul, Curitiba. https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_I/i5-973263a92cb2afb03cf8af65ac189b5.pdf
- Pires, M. C. (2006). A “Nova Ordem Mundial” e o Consenso de Washington. *Revista Novos Rumos*, 45(21), 20–29. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.21.v0n45.2123>
- Portella Filho, P. (1994). Ajustamento da América Latina: Crítica ao modelo de Washington. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (32), 101–132. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100007>
- Prebisch, R. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In R. Bielschowsky (Org.), *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL* (Vol. 1., pp. 69–136). Editora Record.

- *Implementação das políticas neoliberais nas principais economias da América Latina: Alterações na condução de políticas e suas consequências*, Arthur Osvaldo Colombo, Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório

Rodrigues, E. L. A. (2016). *O Consenso de Washington: Uma análise da liberalização financeira na América Latina a partir de uma agenda neoliberal* [Monografia de Bacharelado], Universidade Federal do Espírito Santo. <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>

Rowthorn, R., & Ramaswamy, R. (1999). Growth, trade and deindustrialization. *IMF Staff Papers*, 46(1), 1–28.

Salama, P. (2000). Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina. *Revista Sociedade Brasileira Economia Política*, 6, 5–47.

Sampaio, D. P. (2015). *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_95e61085b3879ca4bc464853a6447871

Santos, T. dos (2015). *Teoria da dependência: Balanço e perspectivas*. Editora Insular.

Sarti, F., & Hiratuka, C. (2010). Indústria mundial: Mudanças e tendências recentes. In F. Sarti, & C. Hiratuka (Coord.), *Perspectivas do investimento na indústria. Projeto PIB – Perspectiva do investimento no Brasil*. Synergia.

Silva, E. G., & Salomão, I. C. (2018, jul.–dez.). Da substituição de importações à promoção das exportações: Notas sobre a industrialização mexicana. *Revista FAE*, 21(2). <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/625>

Soares, L. T. (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Vozes.

Tregenna, F. (2009). Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, 33(3), 433–466. <https://doi.org/10.1093/cje/ben032>

Wallerstein, I. (2009). Mudando a Geopolítica do Sistema-Mundo: 1945-2025. In A. S. Valencia, & C. E. Martins (Ed.), *A América Latina e os desafios da globalização*. Boitempo Editorial.